

ELEIÇÕES

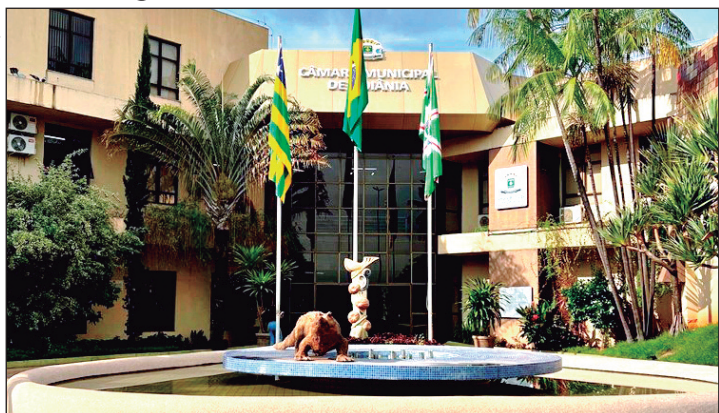
# Daniel Vilela amplia base e atrai aliados do PL em meio à reorganização política para 2026



Saída de Daniel Agrobom e de prefeitos ligados a Wilder Moraes reforça articulação do vice-governador e evidencia dificuldades da oposição em Goiás. **Página 9**

LEGISLATIVO

## Fragilidade técnica marca atuação dos vereadores



Bloqueio de R\$ 90,7 milhões em emendas, vetos e embates com procuradorias revelam dificuldade de gabinetes em efetivar propostas políticas. **Página 6**

ENTREVISTA

ERIK FIGUEIREDO

Diretor-executivo do Instituto Mauro Borges

## Goiás aposta no biogás para nova fase de crescimento



O Instituto Mauro Borges (IMB) ampliou seu papel na formulação de políticas públicas em Goiás. Entre os projetos em andamento, estão iniciativas voltadas à liberdade econômica, ao mapeamento do subsolo goiano, à produção de biogás e à atração de data centers movidos a energia limpa.

**Páginas 4 e 5**

## ESCOLA

### Goiás conta com mais de 80% das escolas no modelo integral



Estado registra expansão superior ao índice nacional de matrículas em tempo integral, que chegou a 25,8% no país. **Página 12**

ALEGO

### Deputados derrubam regra do Detran sobre carros com som automotivo



Decreto revoga portaria que exigia taxa para veículos modificados com equipamentos de som. **Página 7**

TRIBUTOS

#### Negocie Já II segue normalmente

Secretaria da Economia apresentou manifestação ao Tribunal de Contas, que havia suspenso o programa.

**Página 8**

ANÁPOLIS

#### Aeroporto de Cargas segue abandonado

Infraestrutura construída há mais de uma década permanece sem operação.

**Página 10**

HERIVELTO NUNES

#### Goiás, Atlético e Vila faturam R\$ 4,59 mi

Copa Brasil é oportunidade para os clubes pequenos ganharem uma premiação para equilibrar suas contas.

**Página 11**

## EDITORIAL

## Escravidão contemporânea

O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (Ustr, do nome original inglês) anunciou que vai apurar se as medidas que 60 países, incluindo o Brasil, adotam para impedir a exportação de bens supostamente produzidos com o emprego de trabalho forçado são suficientes para evitar a concorrência desleal e eventuais prejuízos às empresas estadunidenses.

Nesse contexto, o Brasil - e particularmente Goiás - deveria aproveitar o alerta internacional para olhar com mais seriedade para uma realidade que insiste em sobreviver no século XXI. A recente libertação de 108 trabalhadores em situação análoga à escravidão em uma fazenda de cana-de-açúcar em Vila Boa, no DF, é mais do que um episódio isolado: é um retrato incômodo de um problema estrutural.

As irregularidades encontradas revelam um padrão que já se tornou tristemente conhecido. Não por acaso, Goiás aparece de forma recorrente entre os estados brasileiros com maior incidência desse tipo de crime. A vice-liderança nacional nesse ranking, atrás apenas de Minas Gerais, não é um dado estatístico qualquer.

O agronegócio goiano tem importância econômica inegável e desempenha papel central na geração de riqueza e empregos. Justamente por isso, não pode permitir que práticas ilegais e desumanas maculem sua imagem e comprometam sua credibilidade dentro e fora do país. Em um cenário de cadeias produtivas cada vez mais fiscalizadas internacionalmente, a permanência do trabalho escravo contemporâneo também se transforma em risco econômico.

Combater esse problema exige fiscalização permanente, punições efetivas e responsabilidade de toda a cadeia produtiva. Goiás não pode se acostumar com essa posição na lista da vergonha. Um estado que se orgulha de seu dinamismo econômico precisa, antes de tudo, garantir que o desenvolvimento caminhe lado a lado com a dignidade humana.

## ARTIGO

## A "caneta da vez" deve ser a consciência

A recente passagem do Dia Mundial da Obesidade (4/3), traz um alerta importante: estamos diante de um problema crescente de saúde pública. Hoje, cerca de 20% dos adultos brasileiros vivem com obesidade, e mais de 50% apresentam excesso de peso. Não se trata de uma questão estética, mas de uma doença crônica, complexa e multifatorial, associada a diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e vários tipos de câncer.

Nesse cenário, as chamadas "canetas emagrecedoras" ganharam destaque. Medicamentos como os análogos de GLP-1 e a tirzepatida atuam no controle

do apetite, aumentam a saciedade e melhoram a resposta metabólica à glicose. São ferramentas modernas e eficazes, mas não são mágicas e nem indicadas para todos.

Essas medicações têm critérios claros de indicação: geralmente para pessoas com IMC  $\geq 30$  kg/m<sup>2</sup> ou  $\geq 27$  kg/m<sup>2</sup> associadas a comorbidades, sempre com avaliação médica. Usá-las apenas por motivação estética, sem acompanhamento, é um erro que pode custar caro. Náuseas, vômitos, desidratação e alterações metabólicas são efeitos possíveis. Mais grave ainda é o risco de medicamentos falsifi-

## ARTIGO

## Crimes no esporte e governança

Os recentes, embora não inéditos, casos de crimes cometidos no âmbito esportivo, notadamente aqueles praticados por atletas e, sobretudo, por dirigentes, precisam de uma análise crítica à luz do sistema do futebol brasileiro.

O futebol, ao contrário do que ocorre em outros países e em outras áreas, caminha a curtos passos para uma real profissionalização. Reina, ainda, um ambiente próprio, informal.

É fato que programas de governança e de compliance devidamente estruturados tendem a reduzir a ocorrência de ilícitos, seja pela criação de um ambiente institucional de integridade e prevenção sistêmica, seja pela maior rapidez e eficiência na detecção de condutas irregulares. Evidentemente, tais programas somente produzem efeitos concretos quando contam com o efetivo comprometimento da alta administração, condição sem a qual a governança inexiste.

No contexto de instituições esportivas informais, uma característica estrutural de grande parte do esporte brasileiro, a aderência a programas preventivos e de cumprimento normativo revela sérios déficits de eficiência. Mesmo grandes clubes ainda operam com programas de integridade incipientes, estruturas altamente personalistas ou padrões típicos do esporte amador. Soma-

se a isso o volume expressivo de recursos financeiros que circulam nos clubes, especialmente no futebol brasileiro, e tem-se um cenário fértil para a prática de ilícitos.

Diante desse quadro, observa-se um movimento de retomada repressiva, com a intensificação de investigações e punições no âmbito do esporte. Contudo, emerge aqui um problema clássico do direito penal brasileiro: a possibilidade de ampliação excessiva de responsabilidades. Na ausência de programas eficazes, com delimitação clara de funções e registros formais adequados dos atos praticados, as investigações tendem a alcançar um número significativamente maior de pessoas, frequentemente colocando culpados e inocentes sob o mesmo espectro de suspeição, com fundamento em figuras já conhecidas, como a cegueira deliberada ou a omissão, por exemplo.

Paralelamente, a legislação vigente não acompanha a complexidade do setor esportivo, deixando lacunas e zonas cinzentas de responsabilização, tema já por mim explorado em trabalhos anteriores sobre a Lei Geral do Esporte. Essas arestas normativas acabam por agravar a insegurança jurídica e ampliar o risco de responsabilizações indevidas ou, até mesmo, de não responsabilizações em casos em que estas são necessárias.

Surge, então, a indagação: a transformação dos clubes em Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) solucionaria o problema? A resposta simplista afirmativa ignora o fato evidente de que sociedades anônimas também pode ser palco de crimes corporativos, fraudes e problemas de gestão. A mera alteração da forma jurídica não elimina, automaticamente, práticas ilícitas enraizadas.

Portanto, o debate não deve se reduzir ao falso binômio modelo associativo versus SAF. O cerne da questão reside em uma discussão técnica, séria e efetiva sobre governança, compliance e, sobretudo, sobre uma mudança radical de comportamento. Sem isso, qualquer modelo jurídico continuará sendo apenas um modelo incapaz de conter decisões fraudulentas oriundas do topo da organização.



Filipe Papaiordanou, advogado Criminalista e Professor. Mestrando em Direito Penal pela USP e Especialista em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra



Marcelo Rocha Nasser Hissa é médico endocrinologista, mestre e doutor em Cirurgia e autor do livro "Mente e Movimento"



Fundado em 7 de julho de 1986  
Estado e impresso por Sistema Planalto  
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente  
Sebastião Barbosa da Silva  
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção  
Cleyton Ataídes Barbosa  
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores  
Andréia Bahia  
abahiagn@gmail.com

Dhayane Marques  
dhayanemarques@gmail.com

Carla Borges  
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br  
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e  
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial  
comercial@tribunadoplanalto.com.br  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO  
em sintonia com você. Escreva para:  
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe  
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia  
abahiagyn@gmail.com



# PSD deve lançar Ratinho Jr. à Presidência



Geraldo Bubniak/Governo do Paraná

## Avaliação de Lula

A pesquisa Ipsos-Ipec realizada entre os dias 5 e 9 de março mostra leve melhora na avaliação positiva do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas indica que a percepção negativa ainda é predominante entre os brasileiros. De acordo com o levantamento, 33% avaliam a gestão como ótima ou boa, alta de três pontos percentuais em relação a dezembro, quando o índice era de 30%. Já a avaliação ruim ou péssima permanece em 40%, mantendo o mesmo patamar da pesquisa anterior. A parcela que considera o governo regular caiu de 29% para 24%, enquanto 3% não souberam ou preferiram não opinar.

## Positiva

O estudo mostra que a avaliação positiva é mais frequente entre eleitores que votaram em Lula em 2022 (66%), moradores do Nordeste (45%), pessoas com menor escolaridade (46%), idosos com 60 anos ou mais (41%), quem tem renda familiar de até um salário mínimo (40%) e católicos (39%).

## Negativa

Por outro lado, a avaliação negativa é mais expressiva entre eleitores de Jair Bolsonaro em 2022 (79%), pessoas com renda familiar acima de cinco salários mínimos (57%), evangélicos (51%), pessoas de 25 a 34 anos (49%) e entre quem possui ensino superior (48%). Regionalmente, a percepção negativa é maior nas regiões Sul (48%), Norte/Centro-Oeste (46%) e Sudeste (43%), enquanto o Nordeste registra menor índice de reprovação, com 28%.

## Data center de IA em Goiânia

O entrevistado desta semana, Erik Figueiredo, diretor do IMB, traz novidades para a economia de Goiás. A principal delas é a instalação de quatro data centers em Goiânia, sendo o local onde três vão se instalar ainda está em sigilo. Já o primeiro vai se instalar em Goiânia. Vai ser o primeiro data center de Inteligência Artificial do mundo, 100% biogás. O projeto já está na fase de projeto executivo e vai ser anunciado nos próximos meses.

O PSD caminha para oficializar a candidatura do governador do Paraná, Ratinho Jr., à Presidência da República em 2026. A decisão foi consolidada nesta semana pela cúpula nacional do partido após análise de pesquisas internas. De acordo com os levantamentos, Ratinho Jr. aparece melhor posicionado nas simulações eleitorais realizadas pela legenda quando comparado a outros possíveis nomes do partido, como o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. A avaliação interna também considera o perfil político defendido

pelo presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, que tem buscado construir uma candidatura de oposição ao governo federal, porém com discurso mais moderado. Antes de oficializar a decisão, no entanto, a direção do partido pretende ampliar as negociações com outras legendas, entre elas MDB e Republicanos, com o objetivo de formar uma aliança mais ampla. A estratégia do PSD é construir um campo de centro capaz de disputar espaço tanto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto com o campo político ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2026.



Câmara dos Deputados

Com Ratinho Jr. despontando como principal nome da sigla, Ronaldo Caiado e Eduardo Leite são citados como possíveis candidatos a vice-presidente.



### 1 Alexandre

Baldy (PP) avalia que as chances de sucesso na eleição deste ano são maiores que aquelas de 2022, quando não se elegeu, porque agora serão duas vagas.



### 2 Até o

momento, o grupo governista já apresentou quatro candidaturas ao Senado, Gracinha Caiado, Vanderlan Cardoso, Zacharias Calil e Alexandre Baldy.



### 3 O deputado

federal Zacharias Calil reclamou da abertura para mais uma candidatura ao Senado. "O acordo não foi esse." Vanderlan disse que não escolhe concorrentes.

## Troca de legendas

Dois parlamentares do Republicanos se filiaram ao PSDB esta semana: o deputado federal Pastor Jefferson, que deixou o Republicanos após 14 anos na legenda. Ele também deixou a igreja Universal e passou a frequentar a Assembleia de Deus. O deputado estadual Clécio Alves também anunciou sua filiação ao PSDB. A filiação de Clécio Alves deverá ser oficializada no próximo dia 21 de março.

## Troca de partido altera discurso

Estudo desenvolvido na Universidade de São Paulo (USP) indica que a mudança de partido pode alterar significativamente o discurso de deputados federais. Segundo a pesquisa, a troca de legenda provoca uma redução média de cerca de 34% no alinhamento retórico do parlamentar com o partido de origem, evidenciando que a migração partidária vai além de uma formalidade política.

## Adaptável

De acordo com o estudo, a adaptação ocorre rapidamente: em até 60 dias após a troca de partido, os discursos já passam a apresentar menor identificação com a legenda anterior. Além disso, a mudança tende a persistir por pelo menos 12 meses, período analisado na pesquisa.

## Real Time inicia pesquisa sobre governo de Goiás

O instituto Real Time Big Data inicia na próxima segunda-feira (16) a realização de um novo levantamento de intenção de voto para o governo de Goiás. A divulgação está prevista para quarta-feira (18). A pesquisa vai testar três cenários para a sucessão do governador Ronaldo Caiado (PSD) nas eleições de 2026. No primeiro turno, os entrevistados poderão escolher entre Adriana Accorsi (PT), Daniel Vilela (MDB), Marconi Perillo (PSDB), Telêmaco Brandão (Novo), Wilder Moraes (PL), Luis Cesar Bueno (PT), José Eliton (sem partido) e Valério Luiz Filho (PT). Já nos cenários de segundo turno, o levantamento simula disputas envolvendo Adriana Accorsi (PT), Daniel Vilela (MDB), Marconi Perillo (PSDB) e Wilder Moraes (PL).

## ENTREVISTA ERIK FIGUEIREDO

## Goiás aposta em biogás, data centers e mineração para nova fase de crescimento

Fotos: Divulgação

Andréia Bahia  
e Lucas de Godoi

## TRIBUNA DO PLANALTO

O Instituto Mauro Borges (IMB) atua em várias áreas. Como o senhor definiria o papel do Instituto hoje?

## ERIK FIGUEIREDO

O Instituto, até 2023, era um locus de informações, de estudos direcionados e, com a minha chegada, a ideia era transformar o Instituto em algo mais voltado para elaboração de política pública. Nós avançamos nesse sentido nos últimos anos, tanto que o próprio nome mudou - Instituto de Pesquisa e Políticas Públicas, porque começamos a fazer não só a análise da política pública, de avaliação; começamos também a construir a política pública.

Entre os estudos mais recentes do Instituto, quais o senhor destacaria como mais relevantes?

A Lei de Liberdade Econômica, que transformou Goiás no estado mais livre do Brasil, foi totalmente elaborada, analisada, tudo dentro do Instituto Mauro Borges. Eu classificaria como um marco relevante do Instituto nessa nova função de elaboração de política pública, tanto que ela avançou para Goiás Mais Livre, que é justamente o Instituto como um locus para receber as demandas da iniciativa privada e dar seguimento a essas demandas, caso necessário, com alteração de leis, decretos, portarias. A Lei da Liberdade Econômica, que abriu espaço para o decreto Goiás Mais Livre, é o mais relevante do Instituto até o momento.

Qual é o corpo técnico do Instituto e com qual estrutura o senhor conta?

A estrutura do instituto é relativamente enxuta. Se fizer uma comparação, teria uma estrutura parecida a uma subsecretaria. Temos hoje duas assessorias, três superintendências de áreas específicas: macroeconomia, que avalia questões macroeconômicas, cálculo do PIB, estudos nesse sentido e políticas também; trabalho e agro em uma área só - para notar como é enxuta - a gente coloca trabalho, agro, social tudo em uma superintendência; e uma superintendência voltada para a georefe-



**E**O Instituto Mauro Borges (IMB) passou por uma transformação nos últimos anos e ampliou seu papel na formulação de políticas públicas em Goiás. Em entrevista, o diretor-executivo Erik Figueiredo afirma que o órgão deixou de ser apenas um centro de estudos para se tornar um espaço estratégico de elaboração de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do

renciaimento. O Instituto é responsável por referenciar os limites municipais e as fronteiras do estado. Temos hoje uma ação no STF relacionada à fronteira do Tocantins e essa ação foi fundamentada por um estudo do Instituto Mauro Borges. Fomos lá, fizemos a investigação in loco e verificamos que houve uma confusão dos organismos municipais, trocando nome de córregos e rios, o que alterou o entendimento do IBGE e do Exército Brasileiro. Eu daria um destaque especial para essa área, porque é uma área que está nos colocando na discussão nacional

Quais são as oportuni-

des naquela região para além do território?

Eu gosto de pensar o mecanismo de desenvolvimento de uma forma muito individualizada. O modelo para a região Nordeste é diferente para o Vale do Araguaia, que é diferente para o Sudeste Goiano. Aquela região tem um potencial muito grande de ganhos ambientais, de projetos de recuperação ambientais que possam gerar, por exemplo, crédito de carbono. Tem uma caracterização muito clara daquela região com essa vocação, e descendo um pouquinho mais temos também vários projetos de mineração em Nova Roma.

estado. Entre os projetos em andamento, estão iniciativas voltadas à liberdade econômica, ao mapeamento do subsolo goiano, à produção de biogás e à atração de data centers movidos a energia limpa. Segundo Figueiredo, Goiás vive um momento de crescimento acima da média nacional e busca consolidar novas frentes de desenvolvimento para os próximos anos.

Naquela região não tem mapeamento de terras raras?

Nós desenvolvemos não só a ideia, mas também todo o contato com empresas capazes de fazer isso, que nós desenvolvemos aqui o projeto de mapeamento do subsolo de Goiás. As empresas especializadas são todas internacionais, fazem o mapeamento via aviões específicos com sonares e conseguem fazer o mapeamento não só voltado para minerais, mas também água, térmicas. Vamos conseguir fazer o mapeamento 100% do subsolo de Goiás, revelando toda a riqueza, todo o capital natural presen-

te no subsolo. É um projeto que segue os padrões do que foi feito na Austrália, e transformou a Austrália em uma potência da mineração. A gente tem também interesse na área de energia, não só mineração, como também de irrigação. Esse projeto pode ser completamente financiado - financiado não é dinheiro emprestado - totalmente pago a partir dos nossos acordos internacionais, como por exemplo, o acordo assinado com o Japão. O instituto apresentou aos japoneses e eles disseram que é uma excelente ideia e o talvez Goiás vá se tornar o estado com 100% do mapeamento do subsolo.

**“ A Lei de Liberdade Econômica, que transformou Goiás no estado mais livre do Brasil, foi totalmente elaborada dentro do Instituto Mauro Borges. Eu classificaria como um marco relevante do Instituto nessa nova função de elaboração de política pública. ”**

Vai começar quando? Há uma possibilidade para este ano?

O primeiro passo foi assinar o acordo. Nós já temos um instrumento para captação desse dinheiro, que é um fundo voltado especificamente para mineração. Eu acredito que a partir do aporte vai ser algo muito rápido, porque embora esteja falando do mapeamento do estado inteiro, esse mapeamento é feito por etapas; em cada pedaço do estado, em cada região vai ter um mapeamento específico: um mais voltado para mineração, outro para térmicas ou para água subterrânea. Acredito que, a partir do aporte, o projeto possa vir a acontecer até o final do ano.

## A partir dos dados do instituto, dá para traçar um perfil de economia e da sociedade goiana?

O que eu vejo hoje: temos um agro muito forte, e vou te dar essa informação em primeira mão, estamos lançando o PIB do agronegócio, porque nas contas oficiais do IBGE, agro é produto primário. Eu colhi uma saca de soja, isso é agro. Se eu esmago a soja e faço óleo de soja, já não entra mais como agro. Mas continua sendo agro. É a agroindústria. Com o PIB do agronegócio, vamos conseguir identificar não só o agro, mas toda cadeia que dá suporte ao agro, de serviços, de transformação. Com isso, vamos ter uma ideia da dimensão do agro na economia goiana. Esse produto o Mauro Borges vai lançar nas próximas duas semanas. No Brasil, temos uma estimativa do agronegócio que é feita pela USP Ribeirão Preto e temos também uma estimativa para Minas Gerais. Goiás vai ser mais um estado a considerar o peso real do agro na economia. E eu já adianto, não vou soltar um número exato, mas é algo próximo a 40% da nossa economia. A grande preocupação é que o agro tenha uma cadeia mais longa, mais beneficiamento dentro do estado, assim como a mineração, que não seja só o produto mineral bruto, mas que tenha alguma etapa de beneficiamento da mineração, inclusive entre as áreas.

## Nesses acordos, há a previsão de beneficiamento de parte desse material em Goiás?

Prevê que iniciemos a pesquisa, porque não é uma tecnologia que se domina do dia pra noite. A gente precisa iniciar esse processo, mas não significa que amanhã já vamos nos beneficiar. Na área de minerais raros, só alguns países do mundo têm a capacidade de fazer separação e depois de seguir na cadeia produtiva. A ideia é: a operação vai começar e vamos começar também um processo para modernizar essa operação dentro do estado, mas é algo para médio prazo, não é uma coisa de imediato. Mas tem que iniciar um dia. O relatório que levantou essa potencialidade foi do Instituto Mauro Borges, que é o Atlas do Biogás em Goiás. Goiás tem o segundo maior potencial de produção de biogás do Brasil, só perde para São Paulo, empata com Paraná, mas em termos de potencial, Goiás é o segundo ou terceiro maior potencial do Brasil. E não produzimos nada de bio-

gás, temos só o potencial. Esse é um mercado que está começando em Goiás, que não produzia biogás porque não tinha ninguém para comprar, e ninguém comprava biogás porque não tinha ninguém ofertando. Nunca fechava essa equação. Ao chegar no projeto dos ônibus, no lugar de comprar ônibus elétricos, compramos ônibus a biogás, gerando uma demanda por biogás. Ao fazer isso, houve uma corrida para produzir biogás e essa corrida foi vencida por uma empresa que vai se instalar no município de Guapó e fornecer para o sistema de transporte público da grande Goiânia. O transporte desse biogás ou biometano da cidade de Guapó para Goiânia será inicialmente, nas etapas iniciais e com o volume é menor, via caminhões, mas quando o projeto for completo, 120 mil metros cúbicos-dia, a Goiás Gás vai construir o primeiro duto de gás do estado de Goiás, ligando Guapó a Goiânia. Assim já estamos transformando o produto: tem o potencial e agora a capacidade de consumir esse potencial dentro de uma agenda ambiental muito bem delimitada. Por conta desse projeto, o governador Ronaldo Caiado fez com que eu acumulasse o cargo no Instituto Mauro Borges junto com o de presidente da Goiás Gás, hoje eu sou diretor executivo e presidente da Goiás Gás. Esse vai ser o primeiro contrato da empresa de gás no estado. Nós temos aqui mapeado para acontecer até o final do ano quatro data centers em Goiás.

## Há uma preocupação ambiental global em relação ao consumo de água dos data centers. Como conciliar essa oportunidade com sustentabilidade?

O Brasil tem essa capacidade de se autossabotar em algumas agendas. O mundo inteiro fala em exportação de energia limpa, e como se exportar energia limpa? Trago atividades que consomem energia em maior volume para o Brasil. A partir desse momento estou exportando energia limpa porque produzindo no Brasil uma atividade com alto consumo de energia. Essa discussão do data center é uma realidade, ela vai acontecer. O mundo tem um consumo de dados muito grande e não tem como ficar armazenando suas informações de dados apenas em servidores no exterior. Muitos servidores estão vindo para cá.

## Onde serão instalados esses data centers?



Com o PIB do agronegócio, vamos conseguir identificar não só o agro, mas toda cadeia que dá suporte ao agro, de serviços, de transformação. Com isso, vamos ter uma ideia da dimensão do agro na economia goiana.

Três deles eu não posso falar por força contratual, mas um deles vai ser o primeiro data center de Inteligência Artificial do mundo, 100% a biogás, e vai ser instalado nas proximidades de Goiânia, porque vai ser conectado ao Centro de Inteligência Artificial da Universidade Federal de Goiás. Ele não vai ser só um data center de serviço, vai ser um locus de aprendizado. Os alunos vão poder ter acesso a esse data center, que vai ser modelo, porque além de ser o primeiro data center de Inteligência Artificial do mundo a biogás vai ter uma conexão com a academia, formando novas pessoas. Esse é um projeto ambicioso que já está na fase de projeto executivo e vai ser anunciado nos próximos meses. A única característica que vai atrair data center para Goiás é a energia limpa. Em Goiás, está construído, a partir do projeto Goiás de Fibra, uma estrutura de primeiro mundo

de transmissão e de disponibilidade de fibra óptica, e com a energia limpa estamos criando um ambiente para atrair esses investimentos.

## Goiás encerrou 2025 com um salto de 20% nas exportações em relação a 2024. A que se deve esse resultado? O tarifaço do governo Trump não teve efeitos no estado?

Teve efeitos bem localizados, por exemplo, açúcar orgânico: duas empresas de Goiás exportavam açúcar orgânico para o mercado dos Estados Unidos. É um produto muito específico, um nicho, mas quase toda a produção para os Estados Unidos, e o tarifaço meio que inviabilizou a exportação de açúcar orgânico dessas empresas porque elas têm um competidor muito forte no mercado, que é a Colômbia. Qualquer variação de preço faz com que você perca mercado e isso foi um choque realmente para esse setor específico. Mas no geral, os Estados Unidos não é um dos maiores parceiros de Goiás na balança comercial. Sentimos um impacto moderado do tarifaço na nossa economia, mesmo assim, dado do Banco Central - o PIB calculado pelo IMB ainda não ficou pronto, vai ficar pronto nos próximos 30 dias - que faz o cálculo da atividade econômica, mostrou que Goiás em 2025 foi estado com maior crescimento do Brasil, empata com o Estado do Pará. O dado do Banco Central não é setorizado, mas dado o nosso acompanhamento interno, temos um efeito muito forte do agro nesse crescimento e isso foi para o Brasil. O Brasil cresceu pouco esse ano, 2,4%, e se retirar o agro dessa conta, esse crescimento cai para casa de 1%, para ver a importância do agro, que cresceu dois dígitos. Goiás está em um momen-

to de crescimento muito forte, consecutivo, vários anos com crescimento elevado.

## A que se deve esse crescimento acima da média?

Uma característica da população e do empresariado. No setor da indústria, por exemplo, há uma presença muito forte da indústria ligada ao agronegócio, e é um setor que vai continuar prosperando porque está se observando o crescimento muito forte não só da renda mundial como também da população mundial. Há uma pressão muito forte por alimento, portanto é um mercado difícil de entrar em crise. Goiás tem uma característica não só do agro e da indústria ligada ao agro, mas tem uma dinâmica própria diferente do resto do Brasil. Uma população com uma formalização elevadíssima, tem um estoque de empregos de quase 3 milhões de pessoas, é um uma força da natureza. O estado de Goiás, com o incentivo correto e com uma política correta, segue crescendo e seguirá crescendo nos próximos anos.

## A escalada de violência e conflitos no Oriente Médio afeta Goiás?

As maiores preocupações são com o preço do diesel na safra, quando o consumo de diesel é muito forte e, no período de plantio, com os fertilizantes. O Brasil ainda é muito dependente de fertilizante importado e do diesel importado, e qualquer tensão em específico no Oriente Médio faz com que o barril do petróleo - agora já passando US\$ 120 dólares - tenha uma elevação no preço do diesel e impacta o agricultor. Isso mostra como o setor agro é forte e resiliente, mas também é muito exposto a flutuações internacionais, além do clima, que é algo que não se controla, você ainda tem as situações internacionais e um conflito que também não se controla. O agro está sofrendo com o cenário internacional e além de questões meramente internas, como a taxa de juros de 15% e o crédito minguando. É muito preocupante ficar acompanhando esse cenário internacional e tentar se proteger tendo mecanismos limitados. O estado não tem tantos instrumentos de política pública quanto o governo federal. Então fica meio que no barco do governo federal.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

## GOIÂNIA

# Fragilidade técnica marca atuação dos vereadores

Divulgação

Bloqueio de R\$ 90,7 milhões em emendas, vetos e embates com procuradorias revelam dificuldade de gabinetes em transformar propostas políticas em ações executáveis



**Vetos, pareceres contrários e emendas barradas expõem gargalo técnico na Câmara de Goiânia**

Lucas de Godoi

A mesma semana em que vereadores reagiram à atuação da Procuradoria da Câmara na criação do Dia dos Legendários, em Goiânia, também expôs que o bloqueio de R\$ 90,7 milhões em emendas impositivas decorre de um gargalo técnico persistente no Legislativo. Mesmo com cerca de R\$ 100 mil para contratar até 25 assessores e uma cota parlamentar de R\$ 15 mil que permite bancar assessorias jurídicas externas, a rotina da Casa continua marcada por queixas contra pareceres jurídicos, resistência a vetos por vício de iniciativa e, agora, pela necessidade de corrigir falhas técnicas nas indicações orçamentárias.

Confrontados com a legalidade de suas ideias, parlamentares recorrem a um roteiro comum de questio-

nar o alcance da análise jurídica, tanto da Procuradoria da Câmara quanto, em outros momentos, de pareceres da Procuradoria-Geral do Município que embasaram vetos do prefeito a projetos aprovados pela Casa, sobretudo em matérias consideradas de iniciativa privativa do Executivo. O atrito entre decisão política e limite jurídico passou a se repetir em diferentes frentes da atividade legislativa e mostra que o padrão não obedece a ideologia nem à tribuna em que se usa, mas engloba a todos.

Esse mesmo descompasso aparece agora na execução das emendas impositivas, em que um relatório da Prefeitura de Goiânia à Câmara aponta impedimentos em 365 das 977 emendas apresentadas ao Orçamento de 2026, o que representa R\$ 90,7 milhões em destinações

que precisarão ser ajustadas ou redirecionadas para que possam ser executadas.

A análise administrativa indica que grande parte das inconsistências está relacionada a aspectos básicos da formulação das emendas, como ausência de detalhamento do objeto, incompatibilidade entre a atividade das entidades indicadas e o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) ou falta de enquadramento da ação nas políticas públicas executáveis pelo município. Erros tão básicos expõem a fragilidade de decisões políticas tomadas por quem, ao mesmo tempo, busca avançar sobre funções típicas do Poder Executivo.

Noutro prisma, aparecem iniciativas que escapam da lógica básica da administração municipal, como a ideia de quatro vereadores, três

deles advogados, de destinar quase R\$ 1 milhão para uma escola militar do Governo de Goiás. Apesar de o município gerir mais de 300 unidades educacionais da rede própria, os parlamentares consideraram adequado (e aparentemente juridicamente defensável) direcionar recursos do orçamento municipal para que uma associação de pais e alunos adquira projetores, aparelhos de ar-condicionado e invista em ações para o "fortalecimento de atividades educacionais e comunitárias vinculadas à unidade escolar".

A iniciativa sintetiza o tipo de distorção que surge quando a elaboração das emendas ignora a lógica de competências e responsabilidades da administração pública, transformando o orçamento municipal em um instrumento para ganho político, mesmo que

para isso tenham que contemplar ações que não pertencem à esfera de atuação do município.

Em tempos em que vereadores insistem em se comportar como gestores do orçamento e indutores de políticas públicas, o mínimo esperado seria um compromisso proporcional com a legalidade e com as regras que organizam a administração pública.

Em vez disso, o que se vê com frequência é a simplificação de temas complexos, seguida de queixas quando pareceres jurídicos lembram os limites institucionais do mandato.

Se a ambição é atuar como Executivo na destinação de recursos, a responsabilidade técnica precisa vir no mesmo pacote, e não apenas quando os equívocos já aparecem nas planilhas do orçamento.

## Rede municipal de saúde fica em segundo plano

Mesmo com a obrigação legal de destinar metade das emendas à saúde, a rede municipal acaba ficando em segundo plano na distribuição dos recursos indicados pelos vereadores. Cada um dos 37 parlamentares teve cerca de R\$ 5 milhões para indicar no Orçamento de 2026, o que leva o volume total das emendas a aproximadamente R\$ 185 milhões.

Como mostrou a Tribuna do Planalto, desse montante, cerca de R\$ 96,4 milhões foram dire-

cionados à saúde, mas pouco mais de R\$ 10 milhões tiveram como destino direto as unidades da própria rede municipal.

A maior parte das indicações, cerca de R\$ 86,2 milhões, foi destinada a entidades privadas ou organizações sociais. Na prática, isso significa que apenas uma fração dos recursos acaba reforçando a estrutura permanente de atendimento do município, enquanto a maior parcela é direcionada a instituições que executam serviços especí-

ficos, muitas vezes por meio de mutirões, consultas especializadas ou ações concentradas em bases eleitorais dos parlamentares.

Um desenho que revela uma lógica de destinação que privilegia intervenções pontuais, frequentemente associadas à atuação política localizada dos mandatos, em vez de investimentos estruturantes na rede pública de saúde.

Enquanto unidades municipais enfrentam dificuldades de estrutura e capacidade de aten-

dimento, os recursos das emendas acabam pulverizados em iniciativas com impacto imediato, mas sem efeito duradouro na organização do sistema de saúde da capital.

Esse modelo de destinação também ajuda a explicar por que tantas emendas acabam esbarrando em impedimentos técnicos na análise da administração municipal. Ao estruturar ações por meio de entidades externas, por vezes criadas sob demanda, ou propor iniciativas que extrapolam a

lógica das políticas públicas já existentes, parte das indicações chega ao orçamento sem os requisitos básicos exigidos para sua execução.

O resultado aparece no volume expressivo de emendas que precisam ser corrigidas, ajustadas ou redirecionadas após a análise técnica do Executivo. Um retrato de como a fragilidade técnica dos gabinetes se revela quando o discurso político encontra a realidade da administração pública.

SOM AUTOMOTIVO

# Alego derruba regra do Detran sobre carros com som automotivo mediante taxa

Decreto aprovado pelos deputados revoga portaria que exigia autorização, inspeção e taxa para veículos modificados com equipamentos de som em Goiás

Arthur Oliveira\*

A Assembleia Legislativa de Goiás aprovou, nesta semana, um decreto que revoga a norma do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás que regulamentava veículos modificados com sistemas de som automotivo no estado. A decisão foi tomada durante sessão plenária e recebeu 22 votos favoráveis em segunda e definitiva votação.

A proposta é de autoria do

presidente da Casa, o deputado estadual Bruno Peixoto, e altera a legislação que trata do uso de equipamentos de som em veículos. Na prática, a medida derruba a portaria do Detran que estabelecia regras para regularização de carros modificados, incluindo os chamados "paredões".

A norma do órgão de trânsito previa que proprietários de veículos alterados para instalação de sistemas de som deveriam solicitar autorização prévia ao Detran, passar por inspeção técnica e atualizar o documento do veículo. Entre as mudanças que exigiram regularização estavam a retirada de bancos ou cintos de segurança, redução da capacidade de passageiros, instalação de estruturas fixas de som, alterações na carroceria ou no chassi e a inclusão de baterias adicionais que modificasse o peso ou o sistema elétrico do automóvel.

Além das exigências técnicas, parlamentares criticaram a previsão de cobrança de taxa

para a regularização, que poderia chegar até mil reais. Durante a sessão, Bruno Peixoto afirmou que a portaria não contribuía para resolver o problema e teria sido criada com caráter arrecadatário.

**Deputados aprovaram em plenário decreto que revoga portaria do Detran-GO que exigia autorização e taxa para veículos com som automotivo modificados em Goiás**

Segundo ele, a Assembleia decidiu alterar a lei para evitar interpretações que permitam novas cobranças semelhantes. "É uma portaria que, no meu

entendimento, não colabora em absolutamente nada. Pelo contrário, traz prejuízo e cria uma forma de arrecadação", afirmou o presidente da Casa durante a votação.

O deputado Lucas Calil também criticou a regulamentação proposta pelo Detran. Para ele, a norma apresenta custos elevados e não detalha de forma clara como seria realizado o processo de fiscalização e regularização dos veículos.

Segundo o parlamentar, a medida poderia resultar em multas sem que os proprietários tivessem orientação adequada sobre como se adequar às exigências. "A portaria exigia uma série de regulamentações, com custo alto, mas sem explicar como funcionaria a fiscalização ou o processo de regularização", afirmou.

Com a aprovação do decreto legislativo, a portaria perde validade no estado. Parlamentares afirmam, no entanto, que a Assembleia deve discutir uma nova regulamentação para o setor, buscando conciliar a ativi-

dade econômica com regras de convivência urbana.

Em nota, o presidente do Detran, Waldir Soares, defendeu que a portaria publicada era apenas para orientar os goianos e que a mudança de características está no Código de Trânsito Brasileiro há mais de dez anos. Waldir ainda ressaltou que a Alego não tem competência para revogar uma norma federal.

Segundo o delegado, a regulamentação havia sido elaborada a partir de uma demanda da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO) e com orientação do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). Waldir, ainda alertou, "quem tiver carro de som automotivo com características alteradas, precisa regularizar perante o Detran, pois senão poderá ter o carro apreendido, retido ou sujeito a multa."

\*Arthur Oliveira é estagiário de Jornalismo sob supervisão de Andréia Bahia.

**O MOTOGP ESTÁ DE VOLTA A**

# GOIÁS

Uma conquista para acelerar o coração de todos os goianos.

- na economia
- emã
- emã
- ã emp
- ã gera
- ã tu

seguro d

**20 A 22 DE MARÇO**

AUTÓDROMO INTERNACIONAL DE GOIÂNIA AYRTON SENNA

Escaneie o site of do MotoGF

**MOTOGP GOIÁS**

GOVERNO DE **GOIÁS**  
O ESTADO QUE DÁ CERTO

GRANDE PRÊMIO DE GOIÁS

## TRIBUTOS

# Programa Negocie Já II segue normalmente e amplia prazo para negociação

Secretaria da Economia enviou manifestação ao TCE esclarecendo que descontos não alcançam correção monetária; Corte havia suspenso programa cautelarmente

Carla Borges

O programa Negocie Já II, que concede descontos para negociação de débitos com o Estado de Goiás, prossegue normalmente, apesar da medida cautelar concedida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) que determinou a suspensão imediata da concessão “de descontos reduções ou qualquer forma de dispensa de correção monetária dos créditos públicos estaduais, sem autorização legal expressa”. A Secretaria de Estado da Economia apresentou manifestação ao TCE esclarecendo que o programa está sendo executado em conformidade com a legislação.

A Lei nº 24.107 foi sancionada pelo governador Ronaldo Caiado e publicada na segunda-feira (9/3) no Diário Oficial do Estado (DOE). Ela ampliou o alcance do programa Negocie Já II, em vigor desde 1º de fevereiro de 2026. Na semana anterior, o conselheiro Edson Ferrari aceitou os argumentos da denúncia protocolada pelo Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás



**Débitos de IPVA também podem ser parcelados com descontos por meio do programa Negocie Já II**

(Sindifisco-GO), afirmando que a interrupção do programa poderá evitar danos potenciais ao erário, e concedeu a medida cautelar.

Em sua manifestação à Corte de Contas, a Secretaria da Economia argumentou que a Lei Estadual nº 21.004/2021 excluiu a correção monetária como forma de atualização do crédito tributário pago em atraso, adequando a legislação estadual ao entendimento do STF no Tema 1062, que estabelece a utilização da Selic. “A cautelar do TCE trata da concessão de descontos sobre a atualização monetária, prática que não é adotada pelo programa desde o lançamento, em 1º

de fevereiro”, esclareceu a pasta à Tribuna do Planalto, em nota.

“No programa, os descontos concedidos incidem apenas sobre multas e juros de mora, estes calculados pela taxa Selic, conforme a legislação estadual e os convênios firmados no âmbito do Confaz”, prossegue. A Secretaria da Economia esclareceu ainda que o programa não concede descontos sobre atualização monetária sem previsão legal. O Estado possui autorização do Confaz e da Lei nº 23.983/2025 para conceder descontos sobre juros de mora (Selic), tendo sido observadas também as exi-

gências do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Por isso, a denúncia apresentada ao TCE não tem fundamento e se baseia em premissas equivocadas, o que pode gerar desinformação aos contribuintes sobre o funcionamento do programa. A Secretaria ressalta ainda que o programa está em sua segunda edição e que o primeiro Negocie Já foi instituído com a mesma redação legal, sem questionamentos à época”, conclui a nota.

## CAUTELAR

A medida cautelar do TCE também estabeleceu que a pasta da Economia interrompa a celebração de

novos acordos ou consolidação de débitos que impliquem redução da atualização monetária, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei estadual. Além disso, foi determinado, no prazo de 15 dias úteis, que a gestão apresentasse esclarecimentos detalhados acerca da base legal utilizada para eventual concessão de descontos sobre a correção monetária, bem como estimativa do impacto financeiro decorrente dos benefícios eventualmente concedidos no âmbito dos programas de negociação, instituídos pela Lei Estadual nº 23.087/2024 e pela Lei nº 23.983/2025 (Negocie Já II).

## Governo de Goiás amplia prazo de débitos que podem ser negociados

Contribuintes com débitos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Herança e Doações (ITCD) ganharam novas condições para negociar dívidas com o Estado. Isso foi possível com a sanção e publicação da Lei nº 24.107, sancionada pelo governador

Ronaldo Caiado, que ampliou o alcance do programa Negocie Já II, em vigor desde 1º de fevereiro de 2026.

A principal mudança é a ampliação do período do fato gerador das dívidas que podem ser negociadas. O prazo foi estendido em seis meses, passando de 31 de março para 30 de setembro de 2025, o que permite que um

número maior de débitos seja incluído no programa.

Outra alteração é a possibilidade de negociação de débitos abrangidos pela Lei Complementar nº 197, de setembro de 2024, além da autorização para que empresas em recuperação judicial participem do programa, desde que não estejam enquadradas no regime de transa-

ção tributária, evitando sobreposição entre instrumentos de regularização fiscal. A nova legislação não altera os descontos nem os prazos de pagamento, que podem ocorrer à vista ou parceladamente.

Caberá ao contribuinte avaliar, dentro dos limites legais, qual modalidade de negociação melhor se adequa à sua situação econômico-

financeira. Os efeitos da lei são retroativos a 1º de fevereiro de 2026, data de início do Negocie Já II. O sistema eletrônico da Secretaria da Economia já está preparado para atender os contribuintes dentro das novas regras. A negociação pode ser feita por meio do endereço eletrônico <https://goias.gov.br/negocieja/>.

ELEIÇÕES

# Daniel Vilela amplia base e atrai aliados do PL em meio à reorganização política para 2026

Divulgação



O deputado federal Daniel Agrobom anunciou que deixará o PL e reforçou apoio ao projeto político liderado por Caiado e Daniel Vilela

Saída de Daniel Agrobom e de prefeitos ligados a Wilder Moraes reforça articulação do vice-governador e evidencia dificuldades da oposição em Goiás

Da Redação

O vice-governador, e pré-candidato à reeleição, Daniel Vilela (MDB) tem intensificado as articulações políticas em meio às movimentações que antecedem as eleições de 2026 e ampliado a base de apoio ao projeto governista liderado pelo governador Ronaldo Caiado (PSD). Principal nome do grupo na disputa ao Palácio das Esmeraldas, ele tem recebido manifestações públicas de apoio de lideranças políticas e prefeitos em diferentes regiões do estado, movimento que ganha força durante o período da janela partidária.

Nos últimos dias, o avanço da base governista foi marcado pela adesão de integrantes que estavam ligados ao Partido Liberal (PL), legenda comandada em Goiás pelo senador Wilder Moraes. O deputado federal Daniel Agrobom anunciou que deixará a sigla e reforçou apoio ao projeto político liderado por Caiado e Daniel Vilela. Ao justificar a decisão, o parlamentar afirmou que a escolha reflete a avaliação sobre o

momento político e administrativo do estado. "Eu estou com o governador Ronaldo Caiado e Daniel Vilela desde quando assumi meu mandato como deputado. Goiás está em um momento muito bom e acho que esse trabalho precisa continuar", declarou.

A movimentação foi acompanhada por lideranças municipais. O prefeito de Bom Jesus de Goiás, Daniel Júnior, filho de Agrobom, também passou a declarar alinhamento à base governista. Outros prefeitos que integravam o grupo político do PL, como Tiagão, de Pilar de Goiás, e Rodrigo Fonseca, de Ouro Verde de Goiás, também se aproximaram do projeto liderado pelo governo estadual, ampliando o arco

de alianças em torno da candidatura governista.

Do lado da base, o movimento é interpretado como parte de um processo de consolidação do projeto político iniciado em 2019 com a eleição de Caiado. Nas eleições de 2022, a chapa formada por Caiado e Daniel Vilela foi eleita ainda no primeiro turno, com 51,81% dos votos válidos, resultado que consolidou a ampla coalizão governista no estado. Nos bastidores, aliados avaliam que a ampliação da base reforça o protagonismo de Daniel Vilela como sucessor natural do grupo político.

Enquanto isso, a oposição enfrenta dificuldades para alinhar estratégias. No PL, principal legenda do campo oposicionista, interlocutores

admitem que ainda há tensões entre os grupos ligados ao senador Wilder Moraes e ao deputado federal Gustavo Gayer, o que tem dificultado a construção de uma estratégia unificada para 2026. A falta de sintonia entre lideranças e a disputa por protagonismo alimentam a percepção de que a unidade do partido ainda não está consolidada.

Em contraste, a base governista tem intensificado a agenda de mobilização política. Um dos momentos recentes ocorreu em evento realizado no auditório do Secovi Goiás, em Goiânia, que marcou o alinhamento do senador Vanderlan Cardoso ao projeto político liderado por Daniel Vilela. O encontro reuniu lideranças empresariais, representantes religiosos e prefeitos aliados, reforçando a estrutura política que sustenta a candidatura governista.

A estratégia de demonstrar força política deve ganhar novo capítulo com o Encontro Regional "Pra Frente Goiás", em Jaraguá, que deve reunir cerca de 200 prefeitos e vereadores da base. O evento é interpretado por aliados como uma demonstração de unidade e capilaridade do grupo liderado por Caiado e Daniel Vilela. Nesse cenário, enquanto a oposição ainda tenta superar divisões internas e estruturar uma chapa competitiva, a base governista acelera a consolidação de sua estrutura eleitoral para a disputa de 2026.

ELEIÇÕES

# Marconi Perillo avalia aliança com o PT, diz Delúbio Soares

O ex-governador Marconi Perillo (PSDB) pediu prazo ao Partido dos Trabalhadores (PT) até o dia 3 de abril para decidir se aceitará uma eventual aliança em Goiás nas eleições de 2026. A negociação envolve a formação do palanque do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no estado. A informação foi divulgada pelo petista Delúbio Soares, que afirmou que a proposta foi apresentada ao tucano pela presidente estadual do

partido, Adriana Accorsi.

Delúbio afirmou que o PT sinalizou a possibilidade de apoiar uma candidatura de Marconi ao governo de Goiás, desde que o ex-governador aceite liderar a campanha de Lula no estado. "O PT ofereceu, através da presidente Adriana Accorsi, que se ele topar fazer a campanha do presidente Lula em Goiás, o partido pode apoiá-lo", disse o petista em entrevista ao programa Jornal das 12, da

Rádio Alvorada de Rialma. Segundo ele, caso o tucano não aceite o acordo, o PT deverá lançar candidatura própria ao governo.

Pré-candidato a deputado federal pelo PT, Delúbio Soares é uma das figuras históricas do partido. Ex-tesoureiro da legenda, ele foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal a mais de oito anos de prisão por corrupção ativa e formação de quadrilha no escândalo do

mensalão, esquema de compra de apoio político no Congresso revelado em 2005. Ele chegou a cumprir parte da pena após ser preso em 2013, no regime semiaberto.

Enquanto aguarda a decisão de Marconi, o PT ainda não definiu quem será seu candidato ao governo de Goiás. Entre os nomes citados publicamente dentro da legenda estão Edward Madureira, Professor Jerônimo, Cláudio Curado, Luís César

Bueno, Gilvane Felipe e Valério Filho.

A direção do partido avalia que precisa estruturar um palanque mais competitivo para Lula no estado, após considerar que a campanha presidencial de 2022 teve pouca força em Goiás. Conversas entre petistas e o ex-governador tucano, inclusive, já haviam ocorrido na eleição anterior, mas acabaram não avançando naquele momento.

## ANÁPOLIS

# Apesar de investimentos, Aeroporto de Cargas segue em estado de abandono

Infraestrutura construída há mais de uma década permanece sem operação, enquanto pista ociosa vira cenário de manobras ilegais e obras de recuperação ambiental tentam viabilizar futuro do projeto

Divulgação



**Carlos Nathan Sampaio**

Projetado para transformar Anápolis em um dos principais polos logísticos do país, o Aeroporto de Cargas da cidade segue sem operar mesmo após anos de investimentos públicos e sucessivas promessas de desenvolvimento econômico. A estrutura, iniciada em 2010, permanece sem utilização prática e hoje enfrenta problemas que vão desde passivos ambientais até o uso irregular da pista por motociclistas.

Na tarde desta quarta-feira, moradores registraram em vídeo um motociclista realizando manobras perigosas na pista abandonada, incluindo empinar o veículo sobre apenas uma roda. A prática é considerada infração pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pode representar riscos tanto para quem realiza as manobras quanto para outras pessoas que circulam nas proximidades. O episódio evidencia a situação de ociosidade do espaço, que deveria estar voltado a operações logísticas.

O projeto do aeroporto de cargas surgiu com a proposta de ampliar a capacidade de transporte de mercadorias em Goiás e fortalecer a posição estratégica de Anápolis, localizada entre importantes corredores rodoviários e próxima a centros como Goiânia e Brasília. A expectativa era que a infraestrutura atraísse empresas

## Aeroporto de Cargas de Anápolis

de logística, estimulasse a geração de empregos e consolidasse a cidade como um hub de distribuição.

No entanto, o empreendimento enfrentou uma série de obstáculos desde sua construção. A obra da pista de cargas, iniciada pelo governo estadual entre 2010 e 2012, foi marcada por paralisações, disputas judiciais e revisões contratuais. O custo inicial foi estimado em R\$ 94,1 milhões, com um aditivo posterior de R\$ 46,5 milhões. Reportagens publicadas ao longo dos anos indicam que os gastos totais podem ter ultrapassado R\$ 300 milhões, sem que o projeto tenha sido concluído ou colocado em funcionamento.

Outro fator que contribuiu para o impasse envolve questões ambientais. Estudos técnicos da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) apontaram falhas na execução do sistema de drenagem pluvial previsto no projeto original. O problema provocou degradação ambiental em uma área estimada em 160 hectares — equivalente a cerca de 224 campos de futebol — incluindo processos erosivos, assoreamento e formação de voçorocas, consideradas a forma mais grave de erosão.

Diante desse cenário, o governo de Goiás iniciou uma obra de recuperação ambiental orçada em R\$ 38 milhões. Os trabalhos



## Goinfra recupera passivos ambientais para reativação do Aeroporto de Cargas de Anápolis

incluem a instalação de drenagem adequada, correção de erosões, reconstrução da cabeceira da pista, desassoreamento de cursos d'água e reflorestamento de áreas de preservação permanente. Também estão previstas medidas de terraceamento para aumentar a infiltração da água da chuva e evitar novos danos ao solo.

A intervenção é considerada necessária para que a área possa ser regularizada ambientalmente e devolvida à Infraero, empresa que assumiu a gestão do sítio aeroportuário de Anápolis no final de 2024. Somente após a conclusão das obras de recuperação será possível discutir novos projetos para o espaço.

Enquanto isso, a Infraero concentra seus investimentos no aeroporto civil da cidade. A estatal afirma ter aplicado cerca de R\$ 900 mil na primeira fase de melhorias, com foco no terminal de passageiros e no cercamento do aeródromo. As intervenções incluíram moderniza-

ção da iluminação para tecnologia LED, reparos estruturais no telhado, substituição de vidros e pintura interna e externa do terminal.

Para os próximos anos, o plano da empresa prevê outras obras, como recuperação dos pavimentos da pista principal, do pátio e da taxiway, implantação de sinalização horizontal e instalação da Área de Segurança na Extremidade da Pista (RESA), exigida pelas normas da aviação civil. Uma segunda etapa de reformas no terminal de passageiros também está prevista.

Apesar dessas melhorias, a situação da pista destinada ao aeroporto de cargas permanece indefinida. A Infraero afirma que o local ainda não possui homologação e, por isso, não é reconhecido oficialmente como um aeroporto de cargas pela empresa.

A ausência de uso da infraestrutura também levanta preocupações relacionadas à segurança e à preservação do

patrimônio público. Com a pista sem operação e pouco movimento, episódios como o registrado nesta semana tornam-se mais frequentes, evidenciando a falta de controle sobre uma área que recebeu investimentos expressivos ao longo dos anos.

Para moradores e lideranças locais, o caso simboliza uma promessa que ainda não se concretizou. A expectativa de que o aeroporto impulsionasse o desenvolvimento econômico da região permanece em suspenso enquanto o projeto aguarda definições administrativas, ambientais e estruturais.

Passados 16 anos desde o início das obras, o Aeroporto de Cargas de Anápolis segue como uma infraestrutura incompleta. Enquanto as intervenções ambientais avançam e os debates sobre seu futuro continuam, a pista permanece sem função definida — um contraste entre o investimento realizado e a ausência de operações efetivas até o momento.



## Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

### Goiás, Atlético e Vila avançam na Copa do Brasil e faturam R\$ 4,59 milhões

Dos quatro clubes goianos na Copa do Brasil, apenas o Anápolis está fora da competição ao ser eliminado pelo Sport nos pênaltis, jogando na Ilha do Retiro em Recife. Goiás, Atlético e Vila Nova superaram seus adversários na 3ª fase e avançaram para mais uma etapa da Copa, ainda sem a presença dos principais clubes brasileiros, que entram apenas a partir da 5ª fase. É uma oportunidade para os clubes considerados pequenos e medianos ganharem uma premiação para equilibrar suas contas durante toda a temporada.

No meio da semana, o Goiás derrotou com facilidade o Fluminense do Piauí, por 3 a 0 em jogo realizado no estádio Hailé Pinheiro. Os gols do time esmeraldino foram marcados pelo goleiro Tadeu, cobrando

pênalti na primeira etapa, Cadu e Lucas Lima na etapa final. O técnico Daniel Paulista mandou a campo um time com cinco mudanças em relação à partida contra o Atlético no último final de semana. O treinador poupou cinco jogadores visando a decisão de domingo contra o Atlético na Serrinha.

Ficaram fora o lateral direito Diego Caito, o zagueiro Luisão, os meias Gegê Lucas Lima e o atacante Anselmo Ramon. Gegê, Lucas Lima e Anselmo Ramon entraram no segundo tempo e mudaram o panorama da partida, decretando a goleada em cima do Fluminense do Piauí. Com vaga assegurada na 4ª fase, o clube esmeraldino recebeu a premiação de R\$ 1,68 milhão, totalizando a quantia de R\$ 4,59 milhões na Copa do Brasil até o



Lucas Lima, equilíbrio no meio campo do Goiás

momento. Na próxima fase, o Goiás vai enfrentar o Maringá, que eliminou o Uberlândia, vencendo por 3 a 2. Será novamente uma decisão de jogo único, com mando de campo do Maringá, partida que será realizada entre os dias 18 e 19 de março.

#### CLASSIFICAÇÃO DIFÍCIL

O Atlético sofreu, mas conse-

guiu avançar na Copa do Brasil, ao vencer o Gazin Porto Velho por 1 a 0, gol marcado pelo estreante Marrony, jogo realizado na capital de Rondônia. O técnico Eduardo Souza, que fez sua estreia, afirmou depois da partida que o importante foi a vitória e a classificação para a 4ª fase da competição, na qual terá pela frente a Ponte Preta. O novo treinador não teve tempo para dirigir nenhum treino antes do jogo, já que estava em Santa Catarina quando foi procurado por Adson Batista. Eduardo Souza viajou imediatamente para Porto Velho e já comandou a equipe na classificação contra o Gazin.

O novo técnico do Dragão só realizou dois treinos com o grupo na preparação para a grande final do campeonato goiano, contra o Goiás na



Fotos: Divulgação

Muita grana em jogo nas partidas da Copa do Brasil

Serrinha, que tem vantagem de dois gols e jogará em casa, diante de seu torcedor. Segundo Eduardo Souza, "a classificação traz confiança ao elenco, a final está aberta", por isso, mostra confiança para reverter a diferença a favor do time esmeraldino e levantar a taça de campeão goiano. Alguns jogadores não viajaram para Porto Velho, como o zagueiro Adriano Martins, o volante Leandro Vilela e os atacantes Derek e Kevin Ramirez. Os atletas Ewerthon, Cristiano e Marrony, que fizeram suas estreias contra o Porto Velho, mas não poderão enfrentar o Goiás por força do regulamento do campeonato goiano.

### Vila se classifica nos pênaltis, torcida pede a saída do técnico

Para quem pensa que em Copa do Brasil o que interessa é a classificação, pode comemorar, o Vila Nova está classificado para a 4ª fase da Copa do Brasil e embolsou mais R\$ 1,68 milhão em premiação. Mas o desempenho do Vila Nova em campo foi de baixa qualidade. Empatou em 1 a 1 com o limitado Operário-MS e só avançou graças a mais uma defesa de Dalberson na última cobrança da primeira série de cinco pênaltis.

Na próxima fase, o Vila vai enfrentar o Confiança-SE, jogando novamente no estádio Onésio Brasileiro Alvarenga, partida que será realizada na próxima semana. O torcedor colorado não gostou do que viu, vaiou o time no final do primeiro tempo e no encerramento do jogo. Respirou aliviado com a classificação, mas demonstrou que não quer mais o técnico Umberto Louzer no comando da equipe. A diretoria

mais uma vez banca a permanência do treinador, pelo menos até o próximo compromisso. Pouco mais de quatro mil torcedores estiveram presentes no OBA para assistir o sonolento Vila Nova avançar na Copa do Brasil, mais uma vez nas penalidades.

**Anápolis eliminado** — O Anápolis não teve a mesma sorte do Vila Nova jogando em Recife contra o Sport. Também empatou em 1 a 1 no tempo regulamentar,

mas foi derrotado na cobrança de pênaltis por 5 a 3. O tricolor agora volta suas atenções para a estreia na Série C do campeonato brasileiro, que começa em abril. Essa foi a terceira participação do Anápolis na história da Copa do Brasil. O tricolor abriu o marcador através de Borim nos últimos minutos do primeiro tempo, mas cedeu o empate aos 41 minutos do segundo tempo, gol marcado por Marcelo Ajul. Em 2026, o Galo da Comarca fez sua



Dalberson, herói mais uma vez

melhor campanha na competição ao chegar na 3ª fase.

### Goiás joga com vantagem para ser campeão goiano

Todas as atenções a partir de agora se voltam para o clássico entre Goiás e Atlético, que se enfrentam a partir das 17 horas deste domingo no estádio Hailé Pinheiro. Neste confronto sai o campeão goiano de 2026 e o Goiás entra em campo vencendo por 2 a 0, podendo ser campeão mesmo com uma derrota com a

diferença de um gol. Mas o time esmeraldino está se preparando para conquistar o estadual de forma invicta. O time esmeraldino ainda não perdeu em 2026, tem um dos melhores inícios de temporada desde 2000. No recorte dos últimos 26 anos no século atual, o Goiás tem apenas dois melhores inícios de temporada.

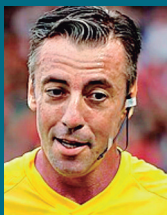
O primeiro foi em 2014, com 16 partidas invictas e o segundo, que é o melhor, foi construído pelo clube alviverde em 2000, com 17 partidas de invencibilidade. A atual sequência é de 15 partidas sem derrotas.

No Atlético, Eduardo Souza terá dois treinos para ajustar o time e pode conquistar seu segun-

do título estadual em apenas oito dias. Venceu o Catarinense com o Barra de Camboriú e agora tem a chance de ser campeão goiano no comando do Atlético. Mas sabe das dificuldades, vai enfrentar um adversário passando por ótima fase, não perdeu ainda na temporada e tem a vantagem de iniciar a partida vencendo por 2 a 0.

Eduardo Souza, que já foi membro da comissão técnica permanente do Dragão, dirigiu o time atletico em outras oportunidades, mas nunca em uma final. O treinador terá que armar uma estratégia eficiente e ofensiva, além de recuperar a autoestima do elenco, que jogou muito mal no jogo de ida no estádio Antônio Accioly.

✓ O árbitro Raphael Claus, da Federação Paulista de Futebol e pertencente aos quadros da FIFA, vai ser o árbitro do segundo jogo da final do campeonato goiano. Assim como na partida de ida, toda a equipe de arbitragem será de fora do Estado e do quadro da FIFA.



✓ O nome do goleiro Tadeu aparece mais uma vez no radar de um grande clube brasileiro. Coincidência ou não, o interesse no atleta surge exatamente nas vésperas de uma jogo importante, talvez para desconcentrar o jogador.

✓ Desta vez, o Botafogo surge como

possível interessado, mas Tadeu afirmou que não foi informado de nada e que está totalmente focado na final do campeonato goiano.

✓ Em apenas nove minutos, os ingressos para a decisão entre Goiás x Atlético foram esgotados. Segundo a diretoria do time esmeraldino, 12 mil ingressos foram colocados à venda. Somente o torcedor do Goiás poderá comparecer ao espetáculo, que é de torcida única.

✓ O técnico Umberto Louzer está "prestigiado" e permanece no Vila Nova, pelo menos até a próxima partida contra o Confiança-SE pela Copa do Brasil na semana que vem.

✓ No Goiás, Daniel Paulista deve repetir o time que venceu o Atlético

no jogo de ida no Antônio Accioly. O volante Lucas Rodrigues continua em tratamento, mas tem chance de ser convocado para ficar no banco e reservas.

✓ Está chegando a hora. Crescem as expectativas do público mundial em torno da etapa de Goiânia do Grande Prêmio Brasil de MotoGP, que acontece entre os dias 20 e 22 de março, no Autódromo Internacional de Goiânia.

✓ O Goiás está muito próximo do acerto com o atacante Maceió, destaque da Portuguesa-SP no Paulistão, com 5 gols marcados em 12 jogos disputados. Maceió, de 22 anos, já foi procurado pelo Goiás no ano passado.

✓ O Irã não vai disputar a Copa do

Mundo. Decisão foi anunciada após os ataques dos Estados Unidos e a morte do aiatolá Ali Khamenei. O Irã tinha jogos previstos em Los Angeles e Seattle, contra Bélgica, Nova Zelândia e Egito.

✓ O técnico Daniel Paulista aprovou a atuação dos jogadores que entraram em substituição aos titulares no jogo contra o Fluminense-PI. O Goiás teve cerca de 70% de posse de bola e buscou o gol durante toda a partida.

✓ O técnico da seleção brasileira, Carlo Ancelotti, foi a principal estrela do jogo entre Mirassol e Santos no estádio Maião. Foi a primeira vez de um técnico de seleção na cidade. Ancelotti foi ver Neymar, mas o craque do Santos não jogou.

# ESCOLA

## TECNOLOGIA

# Com mais de 80% das escolas no modelo integral, Goiás amplia jornada escolar

Estado registra expansão superior ao índice nacional de matrículas em tempo integral, que chegou a 25,8% no país

Dhayane Marques

A ampliação da educação em tempo integral passou a integrar a estratégia da política educacional de Goiás a partir de 2019. Um diagnóstico inicial da rede estadual identificou a necessidade de adequação da infraestrutura e reorganização do modelo pedagógico das escolas que ofertavam jornada ampliada. A partir desse levantamento, o governo estadual iniciou um processo de reformas estruturais, reorganização administrativa e aprovação de nova legislação específica para a modalidade.

Os dados mais recentes do Censo Escolar 2025, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), indicam que a rede estadual consolidou a expansão do modelo. Atualmente, Goiás possui 775 escolas com estudantes em período integral, que atendem 84.230 alunos com jornada diária superior a sete horas.

O indicador também revela a abrangência da política educacional no estado. Segundo o levantamento, mais de 80% das escolas estaduais contam com estudantes matriculados em regime de educação integral. A oferta



**Mais de 84 mil estudantes da rede estadual de Goiás estudam em jornada superior a sete horas diárias, segundo o Censo Escolar 2025**

ocorre em três formatos: unidades com jornada de nove horas diárias, escolas com sete horas de atividades e o modelo de jornada ampliada, que cumpre os critérios previstos na legislação estadual.

A secretária estadual da Educação, Fátima Gavioli, afirma que a expansão resulta do planejamento da rede e de investimentos realizados nos últimos anos. Segundo ela, a ampliação da jornada escolar está associada ao desenvolvimento pedagógico e à organização do projeto de vida dos estudantes.

O avanço da política de educação integral em Goiás ocorre em um contexto de crescimento nacional da modalidade. No Brasil, o Censo Escolar 2025 mostra que 25,8% das matrículas da rede pública de educação básica já ocorrem em tempo integral. O percentual representa a primeira vez que o país ultrapassa a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que previa atingir pelo menos 25% dos alunos nessa modalidade.

No total, mais de 8 milhões de estudantes brasileiros

estão matriculados em escolas públicas com jornada ampliada. O crescimento foi registrado em todas as etapas da educação básica, incluindo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A comparação entre os dados evidencia diferenças no ritmo de expansão entre as redes estaduais. Enquanto a média nacional considera a proporção de matrículas, Goiás apresenta ampla cobertura territorial do modelo, com presença da educação integral na maioria das escolas estaduais.

Entre os estados brasileiros, alguns registram percentuais mais elevados de matrículas em jornada ampliada. O Piauí lidera o ranking nacional, com 56,5% das matrículas da rede pública em tempo integral, somando 341.909 alunos entre educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. No ensino médio regular, o estado alcança 75,1% das matrículas nessa modalidade.

O Ceará aparece na sequência, com 53,1% das matrículas em tempo integral na rede pública. O esta-

do também registrou expansão significativa nos anos finais do ensino fundamental. Entre 2021 e 2025, o percentual de matrículas nessa etapa passou de 34,3% para 74,9%, crescimento de 40,6 pontos percentuais.

Apesar das diferenças metodológicas entre redes estaduais, o avanço nacional da educação integral está associado a políticas federais de indução da modalidade. O Programa Escola em Tempo Integral, coordenado pelo Ministério da Educação, incentiva a criação de matrículas com jornada igual ou superior a sete horas diárias em todas as etapas da educação básica.

A política prevê assistência técnica e transferência de recursos para estados e municípios que implementam o modelo. O objetivo é ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, priorizando unidades localizadas em territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Especialistas apontam que a ampliação do tempo escolar representa uma mudança estrutural na organização da educação pública. A coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, avalia que a política amplia as oportunidades de aprendizagem e pode contribuir para reduzir desigualdades educacionais.

Segundo Pellanda, a expansão exige financiamento permanente para garantir infraestrutura adequada, alimentação escolar, materiais pedagógicos e valorização dos profissionais da educação. Sem investimentos contínuos, a ampliação da jornada corre o risco de permanecer

restrita a parte das escolas.

A implementação da educação integral também envolve desafios pedagógicos. Pesquisadores e gestores apontam que o modelo exige reorganização curricular e integração entre as atividades da jornada regular e do contraturno. Em muitas redes, as escolas ainda dividem a rotina entre aulas tradicionais e oficinas complementares, o que limita o potencial pedagógico da proposta.

As diretrizes nacionais publicadas em 2025 orientam que o currículo da educação integral seja estruturado de forma integrada, incluindo atividades culturais, esportivas, tecnológicas e projetos interdisciplinares. A proposta prevê que o projeto pedagógico das escolas reflita o território e a realidade social dos estudantes.

Nesse cenário, a consolidação do modelo depende da articulação entre políticas federais, estaduais e municipais. A regulamentação do Sistema Nacional de Educação e a aprovação do novo Plano Nacional de Educação devem estabelecer parâmetros para expansão da modalidade nos próximos anos.

Enquanto o país amplia gradualmente o número de matrículas em jornada ampliada, os dados indicam que alguns estados já operam com cobertura ampla da modalidade. Em Goiás, a presença da educação integral na maior parte das escolas estaduais mostra a consolidação de uma política educacional que busca reorganizar o tempo e as condições de aprendizagem na rede pública.

## Infraestrutura escolar acompanha expansão do tempo integral em Goiás

A expansão da educação integral em Goiás ocorreu paralelamente a investimentos em infraestrutura escolar realizados desde 2019. Dados do Censo Escolar 2024 indicam que os recursos aplicados na rede estadual ultrapassaram R\$ 10 bilhões, destinados à melhoria estrutural das unidades de ensino.

Os investimentos alcançaram 969 escolas distribuídas nos 246 municípios goianos. Entre os principais avanços apontados pelo levantamento está a universalização do acesso à água tratada nas unidades escolares da rede estadual. Atualmente, 100% das escolas contam com abastecimento regular.

Outros indicadores mostram avanços nas condições estruturais das unidades. Cerca de 58% das escolas possuem rede pública de esgoto, 39% contam com projetos de tratamento de resíduos e 99% têm coleta regular de lixo.

A conectividade também registra níveis elevados. Segundo o levantamento, 99,6%

das escolas públicas goianas possuem acesso à internet, índice superior à média nacional.

Os dados indicam que a ampliação da jornada escolar ocorre em paralelo a mudanças na infraestrutura das escolas. A reorganização do tempo de permanência dos estudantes exige adaptações físicas e operacionais, incluindo refei-

tórios, espaços de convivência, laboratórios e ambientes destinados a atividades culturais e esportivas.

A combinação entre ampliação da jornada e melhoria estrutural das unidades integra a estratégia adotada pela rede estadual para consolidar o modelo de educação integral nas escolas públicas.